



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**  
RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 6º ANDAR  
NITERÓI - RJ  
21 26200403 - CNPJ : 28.521.748/0001-59  
prefeitura@niteroi.rj.gov.br  
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030004375/2017  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 21/09/2017  
Hora: 09:52  
Usuário: SERGIO DALIA BARBOSA  
Público: Sim

*Nilceia de Souza Duarte*  
Mbl. 220.614-8

Processo : 030004375/2017  
Data : 02/02/2017  
Tipo : AUTO DE INFRAÇÃO  
Requerente : CLÁUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS  
Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 50787, DE 20/01/2017.

Titular do Processo : CLÁUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS  
Hora : 10:34  
Atendente : NILCEIA DE SOUZA DUARTE

Despacho : Proc. 030/004375/2017 – Claumir Rep. e Montagens Industriais – ISS (Rec. Voluntário)

Sr. Presidente.

Cuida-se de Recurso Voluntário, tempestivo, contra decisão de 1ª Instância que julgou improcedente a impugnação ao AI 50787, de 20/01/2017 (fls. 02-02v.), em imposição de multa administrativa por não apresentação da DIEF ano base 2013, desde 31/07/2014, no valor total de R\$ 5.890,80, tendo por fundamento os arts. 109, caput, (infringência), 121, inciso IV, alínea B, 121, par. 4º, e art. 93 da Lei 2597, e alterações.7º.

Às fls. 05-08, a impugnação que, em resumo, alega que o Impugnante não cometeu crime de sonegação fiscal; que os dados exigidos pela DIEF são os mesmos contidos nas NFs emitidas e de conhecimento da Fazenda; que a autuação é de certo modo válida, mas assumiu caráter punitivo e repressivo; que apresentou a DIEF exigida; que falta à autuação seus elementos fundamentais em prejuízo de sua defesa; que a autuação inviabiliza os meios de defesa por não demonstrar “quais itens exige-se o diferencial” para, ao final, requerer o cancelamento da peça fiscal por nulidade absoluta, na forma como disposto no art. 59, inciso II, do Dec. 70.235.

De fl. 19, manifestação fiscal em justificativa da autuação que, atendo-se somente aos fatos, esclarece ter sido feita consulta no sistema interno de controle da DIEF, quando constatou-se seu não envio; e que, em face da provada materialidade do fato, foi lavrado o devido AI, na forma do art. 109 do CTMN.

Às fls. 20-22, o parecer FCEA que bem discorrendo sobre toda a matéria, conclui pelo indeferimento da impugnação com indicação e análise dos dispositivos aplicados e doutrina acerca da matéria.

De fl. 23, a decisão ora recorrida que, tomando por base a manifestação fiscal de fl. 19, e parecer FCEA de fls. 20/22, culmina por julgar improcedente a impugnação, dando ensejo, assim, ao presente Recurso.

Uma vez nesta Instância, cuida o Recorrente, numa única argumentação, de afirmar não poder a aplicação de multa ser excessiva para “esbarrar no confisco”, sendo, assim, desproporcional face sua condição financeira precária.

É o relatório. Passo a examinar

Como se tem dos fundamentos da decisão e do conjunto da instrução, constatou a ação fiscal que a DIEF ano base 2013 não foi enviada como devida, restando assim evidenciada a materialidade da falta, cuja autuação se impôs. Consoante salientado pelo parecer FCEA, o descumprimento da obrigação acessória acarreta, sempre, e inapelavelmente, a imposição compulsória da respectiva multa, independentemente para sua caracterização a intenção do agente e da efetividade dos efeitos do ato (se acarretou prejuízo ou não – art. 136 do CTN). De resto, não logra o Recorrente, através de argumentos legais convincentes, elidir o procedimento fiscal que, reunindo todos os elementos de validade, deve prevalecer em sua integralidade, como referendado pela decisão recorrida. Vale observar que o próprio Recorrente admite a validade da autuação, pugnando, entretanto, sem qualquer fundamento, pela sua transformação em procedimento educativo e orientador.

Relativamente à arguição de confisco pelo fato do valor aplicado, impõe-se esclarecer que decisões do STF já impôs limite às multas moratória (20%) e punitiva proporcional ao valor do tributo (100%), restando pendente de julgamento o caso em questão, de multa isolada, por descumprimento de dever instrumental, que não envolve tributo como sua baliza.

No caso presente, a autuação se deu pela não entrega da DIEF no prazo estabelecido por lei, cujo valor unitário, correspondente à referência M2 do anexo I, do CTMN, é de R\$ 294,54, o que resultou num total de R\$ 5.890,80, com limitação de 20x do valor da multa, perfeitamente de acordo com a norma aplicável (art. 121, IV, alínea B, c/c mesmo art., par. 4º, do CTMN). Nestas condições, descabido se falar em desproporcionalidade ou confisco para o caso, visto ter descumprido o Recorrente a obrigação por 30 meses,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**  
RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 6º ANDAR  
NITERÓI - RJ  
21 26200403 - CNPJ : 28.521.748/0001-59  
prefeitura@niteroi.rj.gov.br  
www.niteroi.rj.gov.br

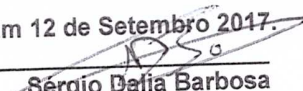
PROCESSO Nº 030004375/2017  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 21/09/2017  
Hora: 09:52  
Usuário: SERGIO DALIA BARBOSA  
Público: Sim

Assinatura de Sérgio Dália Barbosa  
Mat. 226-514-8

limitados por força da norma em 20 meses, que se levados integralmente em conta (30 x 294,54), resultaria no valor de R\$ 8.836,20.

Sendo assim, pelo exposto, e por tudo que consta dos autos e por reunir a peça fiscal todos os elementos formais e materiais à sua validade na forma do disposto no art. 16 do Dec. 10487/09, é o parecer para recomendar o **IMPROVIMENTO** do presente Recurso, mantendo-se a decisão e a autuação em sua integralidade.

Em 12 de Setembro 2017.

  
Sérgio Dália Barbosa  
Rep. da Fazenda



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**  
 RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 6º ANDAR  
 NITERÓI - RJ  
 21 26200403 - CNPJ: 28.521.748/0001-59  
 prefeitura@niteroi.rj.gov.br  
 www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030004375/2017  
 IMPRESSÃO DE DESPACHO  
 Data: 28/09/2017  
 Hora: 15:42  
 Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE  
 Público: Sim

*Jefferson de C. Silva*  
 Matr. 242.548-3

51

Processo : 030004375/2017  
 Data : 02/02/2017  
 Tipo : AUTO DE INFRAÇÃO  
 Requerente : CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS  
 Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 50787, DE 20/01/2017.

Titular do Processo : CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS  
 Hora : 10:34  
 Atendente : NILCEIA DE SOUZA DUARTE

Despacho : Ao  
 Conselheiro, Sr. Manoel Alves Junior para relatar.

FCCN, em 28 de setembro de 2017.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO  
 MUNICÍPIO DE NITERÓI  
 PRESIDENTE

*Handwritten signature*

*Large handwritten signature*



03014375117

52  
Jefferson da C. Silva  
Matr. 242.548-9

PROCESSO 030/004375/17

CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA

AUTO DE INFRAÇÃO 50787, DE 20/01/17

RECURSO VOLUNTÁRIO

EMENTA: - Auto de Infração por não apresentação de DIEF (Declaração de Informações Econômico Fiscais) – Ano base 2013. Alegações Recursais Insuficientes – IMPROVIMENTO.

Senhor Presidente, e demais Conselheiros,

Trata-se de Recurso Voluntário contra decisão de Primeira Instância que manteve o Auto de Infração nº. 50787, de 20/01/17 lavado contra “Claumir Reparos e Montagens Industriais Ltda”, inscrito nesta municipalidade sob o nº.866269.

A autuação se deu pela não entrega da DIEF – Declaração de Informações Econômico Fiscais – ano base de 2013.

Na impugnação, o autuado alegou que não cometeu crime de sonegação fiscal e que a maioria dos dados que servem para a composição da DIEF são extraídos das notas fiscais emitidas no site da Secretaria Municipal de Fazenda, entendendo que a obrigação é válida e questionável e que a multa aplicada é punitiva e repressiva e não orientadora e educativa, alegando ainda que, não foi mencionada a Lei 3252/16 e os elementos fundamentais quanto às condições mínimas para o parcelamento dos débitos.

Registra, ainda, que o Auto de Infração seria nulo pois teria preterido o direito de defesa do contribuinte, em face das omissões de informações imprescindíveis para a lavratura do Auto de Infração.

O FCEA opina pela improcedência da Impugnação, defendendo que a infração cometida seria relativa a não entrega da Declaração, nada tendo a ver com a emissão de Notas Fiscais, e no que tange à alegação genérica de nulidade do Auto

030/004375/17

53

Jefferson da C. Silva  
Matr. 242.544.6

Infração, cumpre registrar que o artigo 142 do CTN e o art. 16 do Decreto nº. 10487/09 prescrevem que:

**“Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.”**

**“Art. 16. O Auto de Infração e a notificação de lançamento serão lavrados por servidor competente, contendo obrigatoriamente:**

- I – a qualificação do autuado ou intimado;**
- II – o local, a data e hora de sua lavratura ou de sua emissão;**
- III – a descrição circunstanciada dos fatos que justifiquem a exigência de tributos ou multas;**
- IV – a disposição legal infringida ou justificadora da exigência do tributo;**
- V – o valor do tributo reclamado;**
- VI – os prazos de recolhimento do débito com as reduções previstas em lei ou regulamento;**
- VII – o prazo para defesa ou impugnação;**
- VIII – a assinatura e matrícula do servidor, seu cargo ou função.**

**Parágrafo único. A notificação de lançamento emitida por processo eletrônico prescinde da assinatura.”**

Já no presente Recurso, cuida o Recorrente, numa única argumentação, de afirmar não poder a aplicação de multa ser excessiva para “esbarrar no confisco”, sendo, assim, desproporcional, face sua condição financeira precária.

A Representação Fazendária sustenta que ao longo de toda a ação fiscal e também durante o presente processo o Recorrente não logrou apresentar o documento requerido. Discorre sobre a importância do atendimento às obrigações acessórias, no sentido de auxiliar o trabalho da fiscalização. Quanto à arguição de confisco pelo fato do valor aplicado, impõe-se esclarecer que decisões do STF já impôs limite às multas moratória (20%) e punitiva proporcional ao valor do tributo (100%), restando pendente de julgamento o caso em questão, de multa isolada, por descumprimento de dever instrumental, que não envolve tributo como sua baliza. No caso presente, a autuação se deu pela não entrega da DIEF no prazo estabelecido por lei, cujo valor unitário, correspondente à referência M<sup>2</sup> do anexo I, do CTMN, é de R\$ 294,54, o que resultou num total de R\$ 5.890,80, com limitação de 20 vezes do valor da multa, perfeitamente de acordo com a norma aplicável (art. 121, inciso IV, alínea B, c/c mesmo art. Parágrafo 4º do CTMN). Neste sentido, descabido se falar em

030/004375/17

54  
Jeferson da C. Silva  
Matr. 242.546

desproporcionalidade ou confisco para o caso, uma vez ter o atuado descumprido a obrigação por 54 meses, limitados por força da norma em 20 meses, que se levados integralmente em conta (54X R\$ 294,54), resultaria no valor de R\$ 15.905,16.

Pelo exposto e por tudo que se consta dos autos e por reunir a peça fiscal todos os elementos formais e materiais à sua validade na forma do disposto no art. 16 do Decreto nº. 10487/09, voto no sentido de negar provimento ao Recurso Voluntário, conseqüentemente, não provendo.

FCCN, em 17 de outubro de 2017.



MANOEL ALVES JUNIOR

CONSELHEIRO/RELATOR.



03011375117

49  
Jefferson da C. Silva  
Matr. 242.840-0



**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO Nº. 030/004375/17**

**DATA: - 19/10/2017**

**CERTIFICO**, em cumprimento ao artigo 38, VIII, do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto nº. 9735/05;

993º SESSÃO

HORA: - 10:00

DATA: 19/10/17

**PRESIDENTE:** - Paulo Cesar Soares Gomes

**CONSELHEIROS PRESENTES**

1. Carlos Mauro Naylor
2. Celio de Moraes Marques
3. Alcidio Haydt Souza
4. Eduardo Sobral Tavares
5. Amauri Luiz de Azevedo
6. Manoel Alves Junior
7. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho
8. Roberto Pedreira Ferreira Curi

**VOTOS VENCEDORES** - Os dos Membros sob o nºs. ( 01,02,03,04,05,06,07,08)

**VOTOS VENCIDOS:** - Dos Membros sob o nºs. ( x )

**IMPEDIMENTO:** - Os dos Membros sob os nºs. ( x )

**ABSTENÇÃO:** - Os dos Membros sob os nº.s ( X )

**VOTO DE DESEMPATE:** - SIM ( ) NÃO ( X )

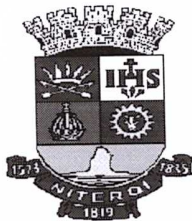
**RELATOR DO ACÓRDÃO:** - Sr. Manoel Alves Junior

FCCN, em 19 de outubro de 2017.

Jefferson da C. Silva  
Matr. 242.840-0

03014375117

56  
Jefferson da F. Silva  
Matr. 242.848-9



**SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**  
**CONSELHO DE CONTRIBUENTES**

ATA DA 993ª Sessão Ordinária

Data: 19/10/2017

DECISÕES PROFERIDAS  
Processos 030/004375/17

RECORRENTE: - Claumir Reparos e Montagens Industriais  
RECORRIDO: - Fazenda Pública Municipal  
RELATOR: Sr. Manoel Alves Junior

**DECISÃO:** - Por decisão unanime foi negado provimento ao Recurso Voluntário.

**EMENTA APROVADA**  
**ACÓRDÃO Nº. 1.991/2017**

**“Auto de Infração por não apresentação de DIF ( Declaração de Informações Econômicos fiscais) – Ano base 2013. Alegações Recursais Insuficientes - IMPROVIMENTO”.**

FCCN, em 19 de Outubro de 2017.

CONSELHO DE CONTRIBUENTES DO  
MUNICÍPIO DE NITERÓI  
PRESIDENTE



03014375/17.

57  
Jefferson da C. Silva  
Matr. 242.548-6



**NITERÓI**

PREFEITURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**RECURSO: - 030/004375/2017**  
**"CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA"**  
**RECURSO VOLUNTÁRIO**

Senhor Secretário,

A conclusão deste Colegiado, por unanimidade de votos, foi no sentido de negar provimento ao Recurso Voluntário ao Auto de infração 50787 datado de 20/01/2017 conseqüentemente mantendo o Auto de Infração, Recurso Improvido.

Face ao exposto, submetemos a apreciação de Vossa Senhoria, nos termos do § 5º, do art. 40 do Decreto 10487/09.

FCCN, em 19 de Outubro de 2017

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO  
MUNICÍPIO DE NITERÓI  
PRESIDENTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITEROI**  
RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 6º ANDAR  
NITEROI - RJ  
21 26200403 - CNPJ : 28.521.748/0001-59  
prefeitura@niteroi.rj.gov.br  
www.niteroi.rj.gov.br

58  
PROCESSO Nº 030004375/2017  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 24/10/2017  
Hora: 17:10  
Usuário: NILCEIA DE SOUZA DUARTE  
Público: Sim

Jefferson da C. Silva  
Matr. 242.546-0

Processo : 030004375/2017  
Data : 02/02/2017  
Tipo : AUTO DE INFRAÇÃO  
Requerente : CLAU MIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS  
Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 50787, DE 20/01/2017.

Titular do Processo : CLAU MIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS  
Hora : 10:34  
Atendente : NILCEIA DE SOUZA DUARTE

Despacho : Ao  
FCAD,

Senhora Coordenadora,

Face o disposto no art. 20, nº. XXX e art. 107 do Decreto nº. 9735/05 (Regimento Interno do Conselho de Contribuintes) solicito a publicação em Diário Oficial do Acórdão abaixo:  
"Acórdão nº." 1.991/2017: - "Auto de Infração por não apresentação de Dief (Declaração de Informações Econômicas Fiscais) - Ano base 2013. Alegações Recursais Insuficientes - IMPROVIMENTO".

FNPF, 24 de Outubro de 2017

Jefferson da C. Silva  
Matr. 242.546-0

Ao FNPF,

Publicado D.O. de 11 / 11 / 17  
em 13 / 11 / 17

FCAD Maria Lucia H. S. Farias

Maria Lucia H. S. Farias  
Matricula 239.121-0



30/4375/17

59

(3)

*Maria Lucia H. S. Farias*  
Matrícula 239.121-0

PORTARIA Nº 330/2017 - Designa PRISCILA MARIA RAGONI DANZIGER como Relatora, EDUARDO FARIA FERNANDES e PEDRO BURDMAN DA FONTOURA, como Revisor e Vogal respectivamente, para constituírem Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar os fatos mencionados no Processo nº 020/004895/2017.

PORTARIA Nº 331/2017 - Designa PRISCILA MARIA RAGONI DANZIGER como RELATORA, EDUARDO FARIA FERNANDES e PEDRO BURDMAN DA FONTOURA, como REVISOR E VOGAL, respectivamente, para constituírem Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar os fatos mencionados no Processo nº 020/004929/2017.

PORTARIA Nº 332/2017 - Designa PRISCILA MARIA RAGONI DANZIGER como Relatora, EDUARDO FARIA FERNANDES e PEDRO BURDMAN DA FONTOURA, como Revisor e Vogal respectivamente, para constituírem Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar os fatos mencionados no Processo nº 020/004892/2017.

PORTARIA Nº 333/2017 - Designa PRISCILA MARIA RAGONI DANZIGER como Relatora, EDUARDO FARIA FERNANDES e PEDRO BURDMAN DA FONTOURA, como Revisor e Vogal respectivamente, para constituírem Comissão de Sindicância, com a finalidade de apurar os fatos mencionados no Processo nº 020/004891/2017.

11, 12 e 13 de novembro  
de 2017.

AVISO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2017/SMA  
NOVA DATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Global em sessão pública eletrônica a partir das 10:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 28/11/2017, através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), destinada a contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviço de apoio técnico em serviços

comuns de engenharia, para auxílio na operação de conservação e manutenção de áreas verdes, parques e jardins do município de Niterói, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos de uso próprio dos funcionários, sem fornecimento de peças, materiais e/ou componentes, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Objeto e no Projeto Básico, que integram o presente instrumento convocatório, para atender a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, relativo ao processo nº 040/1199/2017. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br).

AVISO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2017/SMA  
NOVA DATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Global em sessão pública eletrônica a partir das 15:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 28/11/2017, através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), destinada a contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviço de apoio técnico em serviços comuns de engenharia, para auxílio na operação de conservação e manutenção e limpeza de galerias e drenagens do município de Niterói, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos de uso próprio dos funcionários, sem fornecimento de peças, materiais e/ou componentes, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Objeto e no Projeto Básico, que integram o presente instrumento convocatório, para atender a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, relativo ao processo nº 040/1196/2017. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br).

AVISO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2017/SMA  
NOVA DATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Global em sessão pública eletrônica a partir das 10:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 30/11/2017, através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), destinada a contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviço de apoio técnico em serviços comuns de engenharia, para auxílio na operação de conservação e manutenção da pavimentação das vias do município de Niterói, com inclusão de ferramentas, uniformes e equipamentos de uso próprio dos funcionários, sem fornecimento de peças, materiais e/ou componentes, conforme especificações constantes no Termo de Referência do Objeto e no Projeto Básico, que integram o presente instrumento convocatório, para atender a Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, relativo ao processo nº 040/1198/2017. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.niteroi.rj.gov.br](http://www.niteroi.rj.gov.br).

Despacho do Secretário

Licença Especial- Deferido  
20/3302/2017- de 06/11/2017 até 04/05/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
DESPACHO DO PRESIDENTE DO FCCN

30/9476/17 - REGINA KAPLAN. - "ACORDÃO Nº. 1.981/17 - ISENÇÃO DE IPTU - REQUERENTE PROPRIETÁRIO - REQUISITOS SUBJETIVOS DE DIREITO AO BENEFÍCIO. LEI 2597/08 - ART. 6º. VII. CERTIDÃO DO IMÓVEL OBJETO DO PEDIDO - RECURSO PROVIDO."

30/8326/16 - ENDORÁDIO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. - "ACORDÃO Nº. 1.983/17 - RECURSO VOLUNTÁRIO QUE NÃO SE CONHECE POR INTERPOSTO EXTEMPORANEAMENTE APÓS PRAZO REGULAMENTAR ESTABELECIDO PELO ARTIGO 37 DO DECRETO 10487/09."

30/4378/17 - CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. - "ACORDÃO Nº. 1.989/2017: - AUTO DE INFRAÇÃO POR NÃO APRESENTAÇÃO DE DIF (DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICOS FISCAIS) - ANO BASE 2015. ALEGAÇÕES RECURSAIS INSUFICIENTES - IMPROVIMENTO."

30/4377/17 - CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. - "ACORDÃO Nº. 1.990/2017: AUTO DE INFRAÇÃO POR NÃO APRESENTAÇÃO DE DIF (DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICOS FISCAIS) - ANO BASE 2014. ALEGAÇÕES RECURSAIS INSUFICIENTES - IMPROVIMENTO."

30/4375/17 - CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. - "ACORDÃO Nº. 1.991/2017 - AUTO DE INFRAÇÃO POR NÃO APRESENTAÇÃO DE DIF (DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICOS FISCAIS) - ANO BASE 2013. ALEGAÇÕES RECURSAIS INSUFICIENTES - IMPROVIMENTO."

30/4374/17 - CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. - "ACORDÃO Nº. 1.992/2017: - AUTO DE INFRAÇÃO POR NÃO APRESENTAÇÃO DE DIF (DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICOS FISCAIS) - ANO BASE 2012. ALEGAÇÕES RECURSAIS INSUFICIENTES - IMPROVIMENTO."





**PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI**  
RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987, 6º ANDAR  
NITERÓI - RJ  
21 26200403 - CNPJ: 28.521.748/0001-59  
prefeitura@niteroi.rj.gov.br  
www.niteroi.rj.gov.br

PROCESSO Nº 030004375/2017  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 13/11/2017  
Hora: 17:30  
Usuário: FABIOLA CAMPOS ALVES DA SILVA  
Público: Sim

60

Fabiola Campos Alves da Silva  
Mat. 238087-1

Processo : 030004375/2017  
Data : 02/02/2017  
Tipo : AUTO DE INFRAÇÃO  
Requerente : CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS  
Observação : AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 50787, DE 20/01/2017.

Titular do Processo : CLAUMIR REPAROS E MONTAGENS INDUSTRIAIS  
Hora : 10:34  
Atendente : NILCEIA DE SOUZA DUARTE

Despacho : À  
FGAB,

Senhor Secretário,

Tendo em vista decisão do Conselho de Contribuintes conforme fls. 49 á 57 o Acórdão foi publicado em Diário Oficial em 11/11/2017 encaminhamos o presente, solicitando apreciação de Vossa Senhoria , face ao que dispõe o art. 40, e seus parágrafos, do Decreto n.º 10.487/09.

FNPF, 13 de novembro de 2017.

Fabiola Campos Alves da Silva  
Mat. 238087-1